

O CUIDAR E EDUCAR EM CRECHES DO MUNICÍPIO DE CORUMBÁ/MS

Jéssica Ruiz Carvalho
Renata Silva da Cruz
UFMS-CPAN

A Educação Infantil teve um longo processo de modificações até chegar nos dias atuais. As primeiras instituições que atendiam as crianças eram mantidas pela Igreja, as chamadas Santa Casa de Misericórdia, e foram criadas para atender crianças abandonadas, frutos de relações extraconjugais, direcionadas para crianças pobres; essas instituições assumiam um caráter filantrópico e assistencialista, sem vínculos com o governo (LUZ, 2006).

É na década de 1940 que surge a primeira legislação voltada ao atendimento das crianças; essa regulamentação legal foi a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), pois, com a entrada da mulher no mercado de trabalho, as crianças ficavam sozinhas em casa, aumentando o índice de mortalidade, desnutrição e acidentes domésticos. Daí a preocupação em fazer com que as fábricas abrissem lugares específicos para cuidar dessas crianças. No entanto, esse atendimento era só assistencialista, pois tinha como objetivo apenas “guardar” e não educar crianças pequenas enquanto as mães trabalhavam. Nesse momento o direito a esse atendimento é da mãe trabalhadora e não da criança, pois assim elas podiam trabalhar gerando mão de obra barata e um maior rendimento para as indústrias (DIDONET, 2001; LUZ, 2006; CAMPOS, 2011)

Cabe lembrar que esses dois tipos de instituições, asilos e creches atendiam demandas diferentes, mas funcionavam concomitantemente, um para atender as crianças abandonadas e outro para atender filhos de mães trabalhadoras. O fato dessas duas instituições coabitarem por um longo período, deixou marcas no entendimento do que é o atendimento às crianças pequenas, fazendo com que até hoje as pessoas associem a creche a um lugar que ficam as crianças que não tem pai e não tem mãe pra cuidar, bem como um lugar/atendimento que é direito das mães que trabalham.

Assim, a trajetória de atendimento as crianças, que teve diferentes modelos, influenciaram na identidade atual dela, pois o caráter assistencialista que marcou o início das instituições ainda é presente nas práticas. Algumas instituições assumiram funções e objetivos diversos ao longo da história: assistencialismo, compensação, preparação para a alfabetização, formação integral da criança, e hoje ainda permanece essa confusão e multiplicidade de ações

na prática cotidiana do atendimento as crianças (NUNES, 2009; OLIVEIRA, 2007; ROCHA, 2009).

É importante reafirmar que, para um grande número de pessoas, o entendimento sobre a função da creche ainda está vinculado apenas a guarda da criança e como direito da mãe trabalhadora. Porém, é equivocado ver dessa forma, porque desde a Constituição de 1988 há o reconhecimento legal da creche como um direito da criança ter atendimento educacional (CAMPOS, 1981).

É com a Constituição Federal de 1988, que a Educação Infantil (creche e pré-escola) passa a ser reconhecida como direito da criança e dever do Estado e uma opção da família; e, a Lei de Diretrizes e Bases de 1996, tornou a Educação Infantil (creche e pré-escola) primeira etapa da educação básica que tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança, complementando a ação da família e da comunidade. Foi com essa lei que a creche saiu definitivamente do âmbito assistencial e se torna educacional, estabelecendo como objetivo da Educação Infantil promover o desenvolvimento integral da criança, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social.

Entendemos então a Educação Infantil como um espaço de socialização, dividida em dois níveis: creche e pré-escola, a ser oferecida tanto em instituições públicas quanto em instituições privadas, que devem cuidar e educar crianças de 0 a 5 anos de idade, tendo como objetivo o desenvolvimento integral e integrado da criança; para que isso aconteça o cuidar e educar devem ser vistos de maneiras indissociável.

A Educação Infantil tem como especificidade da sua prática pedagógica o cuidar e educar, sendo que tal dinâmica diferencia esse nível de ensino dos demais. Esse é o caráter que deve permear todas as atividades do cotidiano oferecidas para as crianças, como por exemplo o banho, a alimentação, o sono, o brincar, etc.

Diante desses pressupostos, perguntamos: Como as professoras das creches de Corumbá organizam as práticas privilegiando do cuidar e educar?; Que fundamentos teóricos são usados para a prática do professor?; Qual a concepção do cuidar e educar das professoras?; Como as profissionais veem as crianças?

Assim, o objeto desse estudo é o cuidar e educar nas creches, sendo o objetivo geral encontrar elementos que respondam como é o cuidar e educar em creches públicas do município de Corumbá-MS; temos ainda como objetivos específicos: identificar a concepção de criança e de creche dos profissionais da creche; verificar como o cuidar-educar vem sendo planejado nas creches; compreender como as práticas pedagógicas são executadas.

De acordo com o objeto de investigação escolhido, o cuidar e educar em creches do município de Corumbá-MS, cabe dizer que se trata de uma pesquisa de natureza qualitativa; e ainda, segundo os objetivos, o estudo é descritivo e explicativo.

Para a coleta de dados fizemos observações em duas instituições de Educação Infantil, sendo elas a mais nova e a mais antiga do município; isto porque intentamos, analisar a estrutura física e tempo de funcionamento das instituições interferem na prática pedagógica cotidiana. Também usamos entrevistas semiestruturadas, realizadas com oito professoras (gravadas, de acordo com consentimento das participantes), quatro de cada instituição.

Por fim, cabe o apontamento de que o presente trabalho encontra-se na fase de análise dos dados, onde procuramos as tendências nas respostas dos sujeitos, os seus entendimentos acerca das seguintes categorias: cuidar e educar, criança, creche e planejamento.

Palavras-chave: educação infantil, cuidar e educar, creche, criança

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei nº. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 18 fev. 2009.

CAMPOS, Roselane Fátima. Educação Infantil: políticas e identidade. **Revista Retratos da escola**, Brasília, v.3, n. 9, p.217-228, jul/ dez. 2011.

CAMPOS, Maria Malta, et al. A creche e a pré-escola. **Cad. Pesq.**, São Paulo, n. 39, p. 35-42, nov. 1981.

DIDONET, Vital. Creche: a que veio... para onde vai. **Em Aberto**, Brasília, v.18, n.73, p.11-27, jul. 2001.

NUNES, Maria Fernanda. Educação infantil: instituições, funções e propostas. In: CORSINO, Patrícia (Org.). **Educação Infantil: cotidiano e políticas**. Campinas: Autores Associados, 2009. p. 33-48.

OLIVEIRA, Zilma. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

ROCHA, Heloísa. A higienização da infância no “século da criança”. In: FARIA, Ana Lúcia; MELLO, Suely. (Org.). **Linguagens infantis: outras formas de leitura**. Campinas, SP: Autores Associados, 2009. p. 49-70.

III Congresso de Educação do CPAN
II Semana Integrada Graduação e Pós-Graduação
Base Nacional Comum Curricular: impactos na formação de professores
26 a 29 de novembro de 2018